

Quem foi José Logullo

No Parque da Moóca, próximo ao Clube Atlético Juventus, um pequeno trecho de aproximadamente 300 metros recebeu o nome de José Logullo. Um dos maiores defensores dos corretores de seguros, Logullo foi eleito para o seu primeiro mandato de presidente do Sincor-SP, em 1937. Na ocasião, ele manifestou a sua disposição de “se tornar um batalhador incansável em prol da organização ou regulamentação para disciplinar e moralizar o trabalho de corretagem no Brasil”.

À frente do sindicato, ele protestou energicamente contra as carteiras profissionais entregues aos funcionários públicos, chegando a recorrer ao próprio Departamento Nacional do Trabalho, relatando que as carteiras costumavam ser retiradas com atestados que não exprimiam a verdade. A resposta, segundo ele, foi decepcionante: “Aguarde regulamentação”. Inconformado, ele apresentou um substitutivo de 14 páginas a um projeto em tramitação, além de encaminhar carta ao ministro do Trabalho.



Humberto Roncarati, José Logullo e José Francisco de Miranda Fontana

Desalentado, escreveu ao amigo Humberto Roncarati: “Em face do que expus e conforme carta que enviei ao ministro depondo toda a minha vontade e esforço para cooperar num trabalho desse gênero, creia que hoje me sinto completamente desanimado”.

Logullo permaneceu na presidência do Sincor-SP até 1962, retornando ao cargo em 1964, no qual permaneceu até 1971. Em 1964, ele viu seu esforço recompensado com a regulamentação da profissão. No dia 29 de dezembro daquele ano foi sancionada a Lei 4.594, que impedia o acesso de pessoas não qualificadas no trabalho de intermediação.

Falecido em 17 de dezembro de 1971, Logullo teve reconhecido o seu trabalho na defesa da profissão, tanto que a Câmara Municipal de São Paulo aprovou o seu nome para a rua na Moóca. Antonio D’Amélio, primeiro mentor do CCS-SP, foi vice-presidente do Sincor-SP entre 1964 e 1971, período em que conviveu com Logullo. “Fui testemunha do prestígio dele junto aos principais integrantes da cúpula das seguradoras, que o respeitavam como verdadeiro defensor dos corretores de seguros”.

(Com informações do JCS ed. 216 de 1988)